



$a^2 + b^2 = c^2$   
 $-b \pm \sqrt{b^2 - 4ac}$

# FRAUDE E PLÁGIO NA UNIVERSIDADE

A URGÊNCIA DE UMA CULTURA DE  
INTEGRIDADE NO ENSINO SUPERIOR

FILIPE ALMEIDA  
ANA SEIXAS  
PAULO GAMA  
PAULO PEIXOTO  
DENISE ESTEVES  
COORDENAÇÃO

IMPRESA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA  
COIMBRA UNIVERSITY PRESS

# 3

**PARA QUE NÃO SE CONFUNDA A GESTÃO  
DO PLÁGIO ESTUDANTIL COM QUESTÕES DE ÉTICA,  
FRAUDE E LUDÍBRIO:  
O QUE NOS ENSINA A EXPERIÊNCIA  
DO ENSINO SUPERIOR EUROPEU**

*Jude Carroll*

Consultora em desenvolvimento educativo

[http://dx.doi.org/10.14195/978-989-26-1123-5\\_3](http://dx.doi.org/10.14195/978-989-26-1123-5_3)

### 3.1. Introdução

É crescente, um pouco por toda a Europa, o interesse pelo plágio estudantil e pela sua gestão nas instituições de ensino superior, porventura fomentado pelo recurso também crescente às tarefas da componente letiva (por vezes designadas trabalhos escritos, ou simplesmente ‘trabalhos’, ou ainda avaliação fora da aula). O plágio começa a ser encarado como algo de importante a partir do momento em que o trabalho produzido pelos estudantes se traduz em notas e em créditos. Essa tomada de consciência é também frequentemente desencadeada pelo uso crescente do inglês. Estes são fatores passíveis de conduzir à adoção de medidas em universidades que ainda não tenham criado ou aplicado políticas de gestão do plágio. Tem-me igualmente sido possível observar que essa preocupação crescente está a fazer com que certas instituições, em que as políticas já foram criadas mas ficaram na prateleira, estejam agora, finalmente, a passar à prática. As universidades que até agora não encararam o plágio estudantil como uma prioridade precisam de o fazer, e o presente capítulo propõe-se ajudá-las a caminhar nessa direção.

Começarei por definir plágio, ludíbrio e fraude, refletindo com algum pormenor sobre aquilo que cada um destes termos quer dizer e também sobre o que não quer dizer. O leitor poderá achar esta minha reflexão despropositada — será que quem concebe e quem aplica as políticas precisa mesmo de pensar a definição de plágio e de ludíbrio com todo este pormenor? Porém a experiência ensinou-me que é geral a confusão existente em torno destes três conceitos, e que, quando ela existe, os mal-entendidos são passíveis de travar

ou desviar os esforços no sentido da sua gestão eficaz. Um equívoco comum é considerar que todo o plágio constitui ludíbrio, ou ‘batota’<sup>7</sup>.

De seguida farei o elenco dos aspetos que constituem uma política eficaz e eficiente de gestão do plágio estudantil, baseando-me para isso principalmente em bibliografia do contexto universitário anglófono. Enunciarei também alguns procedimentos para lidar com os casos de possível ocorrência de plágio, ludíbrio e fraude estudantis. O objetivo é a elaboração de políticas realistas e a concretização de procedimentos que sejam justos, defensáveis e coerentes na sua aplicação. Dos procedimentos, uma vez adotados, exige-se que sejam capazes de gerir quantidades relativamente elevadas de casos, que constituam um elemento normal da rotina académica, que sejam aplicados por um corpo docente já de si muito ocupado, que sejam sustentáveis num momento em que as universidades tanto carecem de recursos, e que consigam competir com inúmeras outras prioridades institucionais. Um conjunto bem exigente de condições, portanto.

Para melhor poder apoiar as instituições na adoção de políticas e procedimentos eficazes, o artigo termina com uma descrição do sistema do ACO – Academic Conduct Officer<sup>8</sup>. O sistema já se encontra em vigor em muitas universidades de todo o mundo e tenho conhecimento de que a cada dia há inúmeras outras a adotá-lo. Ao cabo de mais de uma década de utilização e avaliação, o sistema ACO (ou algo equivalente) deu provas de ser uma componente eficaz da gestão holística dos fenómenos de plágio e ludíbrio estudantis. Possuir ACOs, por si só, não resolve problema nenhum. A introdução do sistema é, por norma, acompanhada de procedimentos em que tanto docentes como estudantes confiam, que entendem e que veem que se poderão traduzir em penalizações justas e coerentes em caso de infração dos regulamentos académicos. Tenho verificado, por parte dos docentes, uma resistência

---

<sup>7</sup> Em inglês, *cheating*. [N.T.]

<sup>8</sup> Gabinete, ou responsável, para a conduta académica. [N.T.]